

São Bernardo do Campo, 18 de novembro de 1985

Prezados companheiros e companheiras do Movimento "Meninos/as de Rua":

Conforme combinamos, aqui está o relato do encontro estadual do qual vocês participaram, e gostaríamos que este relato fosse levado às comissões locais, para que estes tomem conhecimento das decisões e propostas levantadas nesta ocasião com o objetivo de criar a coordenação estadual para facilitar as ações e o fortalecimento do Movimento em nosso Estado.

Enviamos ao Bruno os endereços de todos os participantes, para que recebam documentos e informativos do Movimento e estamos solicitando também que os grupos locais enviem notícias para o boletim do Movimento.

Como combinado no encontro estadual, as Diretrizes de Brasília e o ante-projeto de estatutos deverá ser enviado a cada comissão local, para estudo e propostas. Por isso, precisamos, com urgência, do nome de uma pessoa para contato com a comissão local, alguém que se encarregará de receber e encaminhar os documentos para o grupo todo. Neste primeiro momento, estamos nos vândo dos participantes do encontro estadual, mas está providência deverá ser tomada o mais rápido possível!

O Vale do Paraíba já escolheu seus representantes para formar o grupo de coordenação estadual: Benilce Bugarelli do Bonfim, Rua Ademar de Barros, 45 - Nova Guara - 12.600 - Lorena - SP - Fone 52-3251 e Denise Cezar Franco, Av. Cônego Altino de Moreira, 241 - Jardim Mansur - Taubaté - SP.

E os representantes das outras sub-regiões: ABC, São Paulo, Santos? Esta comissão precisa ser formada logo, para agilizar a realização da Assembléia Regional e promover eventos para fortalecimento de grupos e criação de outros...

Temos assuntos urgentes a definir: prioridades para o ano de 86. Como não definimos ainda com os outros Estados a realização da Assembléia Regional em dezembro (se não encaminharmos o pedido de verba em tempo hábil não será possível realizá-la este ano) gostaríamos que os grupos locais escrevessem uma cartinha dizendo o que esperam do Movimento para o ano de 86, o que sugerem em termos de eventos, para podermos organizar um orçamento provisório a ser encaminhado à sede do Movimento e ao Projeto Meninos de Rua. Nossa proposta, se não for possível a realização da Assembléia Regional este ano, é que ela seja feita, de forma mais ampla e representativa, em fevereiro de 1986, nos dias 15 e 16, para planejamento das atividades e eventos do ano e tratar questões de organização do Movimento, e outra AR em maio, para eleger representantes ao encontro nacional de julho, avaliar a caminhada e discutir propostas para a continuidade do Movimento.

Como atividades básicas, propomos seminários de sensibilização principalmente nas cidades onde o Movimento precisa se fortalecer.

Uma última solicitação: cada participante poderia enviar, por escrito, uma avaliação do nosso I Encontro Estadual de Comissões, enquanto Movimento. Esta avaliação é importante para a organização do próximo encontro!

Sem mais para o momento, contando com a força de todos e todas nesta caminhada comprometida com os meninos e meninas que são nossa causa comum, e aguardando retorno, vai um grande abraço e desde já os votos de um feliz natal e de um ano novo decisivo para o Movimento.

Na paz e no amor,

Zerri

ENCONTRO ESTADUAL DAS COMISSÕES DO MOVIMENTO
"ALTERNATIVAS DE ATENDIMENTO A MENINOS E MENINAS DE RUA"

Data: dias 26 e 27 de outubro de 1985.

Local: Colégio Agostiniano Mondel
Rua Stefan Pernet, 620 (Perto da Estação Metrô do Tatuapé)
Fone: 941-3266

Programação:

DIA 26, sábado.

- 8hs. - Recepção.
- 9hs. - Retrospectiva do Movimento Nacional (Histórico).
- 9h30 - Café.
- 10hs. - Trabalho em grupos: "O MENOR, O EDUCADOR E A REDE DE RELAÇÕES".
Obs.: Logo na chegada seria bom que o(a) participante se inscrevesse no sub-grupo em que pudesse dar sua colaboração (no painel fixado na sala do plenário).
- 12hs. - Almoço.
- 13h30 - Continuação do trabalho em grupos: painel integrado.
- 15h30 - Café.
- 16hs. - Plenário.
- 18hs. - Encerramento dos trabalhos.
- 20hs. - Troca de experiências.

DIA 27, domingo.

- 8hs. - Organização atual da Comissão Nacional e proposta para a Comissão Estadual.
- 9hs. - Trabalho em grupos: - rever a Comissão Nacional; organizar a Comissão Estadual: porque, para que e como.
Obs.: O café será servido durante os trabalhos.
- 11hs. - Plenário.
- 12hs. - Almoço.
- 13h30 - Trabalho em grupos: - propostas para o fortalecimento do Movimento: articulação; viabilidade e necessidade da Assembléia Regional.
- 15hs. - Café.
- 15h30 - Plenário (propostas concretas).
- 17hs. - Encerramento.

ENCONTRO ESTADUAL DE COMISSÕES DO MOVIMENTO "ALTERNATIVAS COMUNITÁRIAS DE ATENDIMENTO A MENINOS E MENINAS DE RUA"- SÃO PAULO - Região Sudeste

RELATO DO ENCONTRO:

Introdução:

Com o objetivo de organizar o Movimento a nível estadual, retomar as diretrizes do encontro de Brasília que oficializou o Movimento e apro- fundar sua Filosofia; para fortalecer os grupos e comissões locais exis- tentes e estudar formas de articulação de novos grupos, realizou-se, em São Paulo, o I Encontro Estadual de Comissões do Movimento "Meninos e Me- ninas de Rua". Estiveram presentes representantes das várias comissões e re- presentante do Espírito Santo (deveria estar também a do Rio de Janeiro, que faltou) e a representante regional residente em Juiz de Fora, Minas Gerais, além da representante do Projeto Meninos de Rua.

Apresentando os objetivos do encontro, fez-se uma retrospectiva do Projeto Meninos de Rua: o Projeto surgiu em 1981, quando um grupo de técnicos, sensíveis à inadequação dos atendimentos até então experimen- tados, propõe que se faça um levantamento, principalmente junto a órgãos não governamentais, de atendimentos alternativos que vinham sendo reali- zados, na maioria das vezes com grande êxito, junto aos menores e às co- munidades.

No começo, não se tinha tão bem definido o caminho a ser feito, mas se tinha muito claro o que NÃO deveria ser este novo Projeto:

1) Não seria um Projeto para atendimento direto a meninos e meninas de rua; 2) não se cogitaria, jamais, na institucionalização da criança; 3) não haveriam propostas prontas, feitas nos gabinetes, no verticalismo convencional; 4) o Projeto não repassaria recursos a programas; 5) não haveria burocratização de espécie alguma na sua execução.

Definidos estes importantes "NÃOS", e obtidos os recursos, com apoio do UNICEF, passou-se à chamada segunda fase do Projeto. Para isso, era importante envolver pessoas que desenvolviam projetos comunitários, para que participassem efetivamente da execução do Projeto. Inicialmente foram localizadas cinco experiências significativas: República do Pequeno Vendedor, de Belém do Pará; Salão do Encontro, de Betim, MG; CESAM, de Belo Horizonte - MG e Cerâmica Boa Nova, de Ipameri, Go.; COSENT, de São José dos Campos - São Paulo. As pessoas que dirigiam estes progra- mas foram convidadas a participar de um primeiro encontro, e a assessor- ar o grupo de coordenação do Projeto nesta busca de alternativas de aten- dimento aos meninos e meninas de rua. E foi assim que o Projeto caminhou, sendo um facilitador das ações de pessoas e grupos, numa dimensão partici- pativa, aberta, não discriminando concepções, mas buscando unidade na di- versidade uma vez que a causa de todos era comum: o menino e a menina. Da prática, foram extraídas algumas propostas de atendimento nas áreas de geração de renda, educador de rua, abordagem, questão da menina, educação pelo trabalho, escola alternativa e aberta, participação dos meninos e me- ninas. Como princípios metodológicos, o Projeto optou pela auto-capacita- ção das pessoas envolvidas, através de estágios, seminários e semitágios. Da troca de experiências reelaboraram-se conceitos de família, menino e menina participantes como trabalhadores, papel do poder público e das comunidades, papel da escola. Estabeleceu-se também uma rede de contatos, informações e troca de experiências, de maneira simples, informal: cartas, boletins, relatos de encontros, e o Projeto passou a ser um canal de exp- ressão dos programas existentes e dos trabalhos comunitários, que atua- vam de forma isolada e que passaram a se conhecer e se questionar, a se auto-promover e a mudar. Importante dizer que este canal de expressão nun- ca se sobrepôs às ações existentes.

No entanto, o Projeto tinha um prazo determinado de duração. E da promoção de encontros, foram surgindo grupos locais que queriam continuar trocando idéias e se articulando em torno do menino e da menina de rua. E esses grupos locais, em duas reuniões realizados em São Paulo e Salva- dor, na Baía, decidiram solicitar o adiamento do Projeto e começaram a se organizar a nível nacional. Estes grupos foram assumindo uma identidade própria e funcionavam sem atrelamento às instituições, articulando-se em

torno da ação de pessoas. E nasceu o Movimento Nacional, provisoriamente denominado "Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua", no Encontro Nacional de Comissões, realizado em Brasília, de 13 a 16 de junho de 1985. Neste encontro, uma Comissão Nacional foi eleita, para fortalecer o Movimento, facilitar as ações e o surgimento de novos grupos locais, promover eventos e garantir que os meninos e meninas cada vez mais se apropriem deste Movimento, que é deles e de todos aqueles que estão comprometidos com a sua causa.

É claro que neste caminho todo que foi sendo feito à medida que se caminhava, surgiram e surgem muitas dificuldades: a resistência das comunidades, que descreem das instituições e não acreditam nelas; o regime autoritário ainda vigente por ocasião do surgimento do Projeto; a assimilação mecânica da metodologia, por parte de grupos e instituições; a resistência das instituições a essa nova proposta; o hábito assistencialista, que sempre dificulta colocar na prática os princípios democráticos; a dependência de pessoas, sempre a esperar receitas prontas. É claro também que este Movimento tem fragilidades; a pouca participação dos meninos e meninas, a visão que a sociedade tem dos meninos e meninas e a garantia de que este movimento seja de fato ligado às bases. E fica o desafio: somar com outros movimentos populares e com as iniciativas não governamentais e possibilitar a conquista da cidadania e o respeito aos direitos dos mais de 30 milhões de meninos e meninas desassistidos no nosso país.

I. Aprofundando a Filosofia do Movimento

Proposta de trabalho em grupos:

Tema: O MENOR, O EDUCADOR E A REDE DE RELAÇÕES

Objetivo: Pensar, discutir e propor a filosofia do Movimento.

- DINÂMICA DOS TRABALHOS EM GRUPO:

1) Na parte da manhã, os nove grupos mistos trabalharão o triplice aspecto do tema do dia:

1º) O menino e a menina de rua.

a) A vida do grupo trabalhador na rua (meninos e meninas na rua):

- apropriação do espaço;
- relações que estabelecem (sociais e de trabalho);
- organização (normatização interna);
- valores vivenciados;
- situações lúdicas, etc.

b) A vida do grupo perambulante na rua (meninos e meninas de rua):

- apropriação do espaço;
- relações que estabelecem (sociais e de trabalho);
- organização (normatização interna);
- valores vivenciados;
- situações lúdicas, etc.

c) A menina de rua:

- apropriação do espaço;
- relações que estabelecem (sociais e de trabalho);
- organização (normatização interna);
- valores vivenciados;
- situações lúdicas, etc.

2º) O educador social de rua.

a) Proposta pedagógica de um trabalho de rua:

- princípios que norteiam a ação do educador (filosóficos e pedagógicos);
- metodologia.

- b) Desafios e conflitos de um trabalho de rua:
 - "pasma pedagógico";
 - retaguarda.
- c) Legitimidade do educador de rua:
 - significado do trabalho (filosófico e pedagógico);
 - validade (dimensão política).

3º) A rede de relações que os envolve.

- a) O menor e a rua: situações de alto risco, como os tóxicos, o roubo, a prostituição, o aliciamento, etc.
 - situar o menor no seu espaço, a rua, com todas as possíveis situações que nela vivencia.
- b) O menor e as instituições: Febem, Juizado de Menores, Polícia, Delegacia, Escola, Postos de Saúde, etc.
- c) O menor e a família.
 - repensar o conceito de "família" na sua constituição, no relacionamento familiar, no seu significado para a criança.

Obs.: Cada grupo receberá seu tema numa folha à parte, onde colocará o nome dos participantes e redigirá o relatório das conclusões a ser entregue posteriormente à Coordenação.

- 2) Na parte da tarde, os grupos se reorganizarão de acordo com os números recebidos e nos novos grupos vivenciarão o painel integrado.
 - 2.1 O grupo de números 1 se encarregará de redigir as conclusões de cada grupo.
 - 2.2 O grupo de números 3 preparará a apresentação final (plasticamente).
 - 2.3 Os demais grupos trarão uma conclusão objetiva da sua vivência na forma de cartaz, slogan, desenho, gráfico, etc.
- 3) Todo este trabalho será levado a plenário, aonde ocorrerá o debate aberto.

CONCLUSÕES DOS GRUPOS:

Grupo 1: A VIDA DO GRUPO TRABALHADOR NA RUA (Meninos e Meninas na rua)
 - apropriação do espaço; relações que estabelecem (sociais e de trabalho); organização (normatização interna); valores vivenciados; situações lúdicas.

Participantes:

Maria de Fátima Vieira, Gilberto Lopes Alvim, Rosana Moreira de Souza, Miriam Rosane Benatti, Antonieta Fittipaldi, Rita de Cássia C. Prado, Nelma Auxiliadora Guedes.

- 1) O espaço foi "criado para uma sociedade" e os meninos/as estão marginalizados (à margem da sociedade), apropriando-se desse espaço para luta de sua própria sobrevivência, sendo que essa sociedade sente-se ameaçada - espaço invadido, gerando: dificuldades em ocupar esse espaço (não existe um espaço para esse menino/a) e muita violência (relação com a polícia, juizado de menores e a própria sociedade).
- 2) Ponto comum: busca de uma renda na rua.
- 3) Organização representa força - ligada à apropriação do espaço.

- 4) Tomar cuidado em não transmitir valores de uma sociedade cheia de vícios com relação ao trabalho: "fomos educados para o trabalho e não atravês do trabalho".
- 5) Fazer do trabalho um meio e não um fim, trabalhando a nível de reflexão das injustiças sociais.
- 6) O menor não é respeitado enquanto trabalhador.
- 7) A partir da sensibilização da sociedade em aceitar esse menino/a, ocorre a transformação nas relações sociais, reconhecimento de seu trabalho, a sociedade deixa de agredir.

Grupo 2: A VIDA DO GRUPO PERAMBULANTE NA RUA (Meninos e Meninas de rua)
 - apropriação do espaço; relações que estabelecem; organização; valores vivenciados, situações lúdicas.

Participantes: Maria Aparecida Cavalheiro, Oneide Basseto, Dulzira Ribeiro, Rosilene R. Peixoto, Reinaldo Bulgarelli, Valdomiro Pires de Oliveira, Graça (Projeto Febem).

Conclusões:

- Meninos/as que perderam o contato com a família, vivendo nos centros das cidades, buscando a sobrevivência.
- Nunca vivem sozinhos, sempre em grupos (a rua é altamente socializante).
- Os meninos/as não têm expectativas de vida.
- Possuem um "código moral" e "cultura" própria.
- Alta resistência física.
- Apropriação total do espaço de rua.
- Estabelecem relações de solidariedade.
- Visão do roubo como um trabalho.
- O lúdico dentro da apropriação do espaço.
- A resistência deles revela uma crítica às instituições, às propostas autoritárias e à sociedade em geral.

Grupo 3: A MENINA DE RUA, O MENOR E A RUA (Situações de alto risco):

Participantes: M. Aparecida, Carla, Regina, Elza Soares, Jeanete, Maria Alcinda, Zeni, Patrícia Lemos, Patrícia Kay, Mônica, Cecília, Maria Cecília S. Santos.

Conclusões:

- Situações de alto risco: o que é? É estar na rua, desprotegidos.
- É estar na instituição ou sair dela;
 - Ação por instinto da parte das crianças, manifestando sua forma de afetividade (violência);
 - Abuso do poder por parte das autoridades, decisões de juizados sem levar em conta a história do menino/a gerando impotência, lesão física, emocional, psicológica e consequentemente tornando a criança mais agressiva no retorno à rua;
 - Traficantes que aproveitam-se das crianças;
 - Abuso sexual;
 - Os menores mais fortes exercem agressão sobre os mais fracos, reproduzindo as agressões que sofrem cada dia por parte das autoridades e da sociedade;
 - a questão das classes sociais.

Diante disso, como agir como educadores?

- sobre suas ações
- conviver para estabelecer relação de confiança
- o que é alto risco para os educadores pode não ser para o menor
- discutir os seus valores, reconquistar auto-estima.

As meninas:

- são aliadas dos meninos dividindo espaços com eles;
- no sexo, buscam formas de atender necessidades afetivas; busca de afecção, proteção, diversão e contato corporal;
- Sofre relação de poder por parte dos meninos;
- têm medo da gravidez e da domesticação;
- a liberdade é fundamental.

Grupos 4 e 5: PROPOSTA PEDAGÓGICA DE UM TRABALHO DE RUA

. princípios que norteiam a ação de um educador/a (filosóficos e pedagógicos).
. metodologia.

Participantes: Edith - (Campos do Jordão); Penha (idem); Cecília (Aparecida); Júlio (Atibaia); Antonio Márcio (Taubaté); Terezinha (São Paulo); Stela (São Paulo).

Conclusões:

. Situações atuais das escolas em relação ao menor carente e ou de rua: acesso à escola/ evasão.

Posição da Secretaria de Educação:

- . Princípios da Educação de rua: na comunidade.
- . Abordagem: ir ao encontro do menino/a no local de origem; conhecer sua realidade (drama/trama/artimanha)
- . Estar com: respeito à individualidade; saber ouvir; conhecer o nível de organizacional do grupo.
- . Aprender com o menino/a: analisar e penetrar no mundo do menino/a sem violentá-lo - não é imediato. Ver não só a aparência, mas a essência; inversão na relação de poder educador/menino/a; caminhar junto.
- . Quebra de valores do educador - montar outros tipos de valores visando a educação; não ter respostas e receitas prontas.
- . Participação do menino/a - autor e protagonista.
- . Sensação de impotência do educador - consciência do educador: não sabemos o que fazer.

Despreparo do pessoal de apoio nas propostas alternativas: Como resolver?

. Embasamento necessário através de reflexão: ação/reflexão/ação- nível micro; estabelecer princípios pedagógicos em cada ação; troca de experiências - difundir para contaminar para comprometer - "pedagogia virótica". A comunidade tem que legitimar a ação e a avaliação do processo deve se dar a cada momento: refletir sobre.

A escola de rua

A escola alternativa institucionalizada:

Objetivo: Não queremos reeducar, reabilitar e muito menos reintegrar o menor na sociedade, porque esta é injusta, cruel. Queremos a transformação social. Nosso compromisso é mudar a história.

- . Ser verdade: prática de partilha, amor, gostar, testemunho pelo exemplo. coerência pedagógica.
- . Paciência histórica.

GRUPO 6: LEGITIMIDADE DO EDUCADOR DE RUA: significado do trabalho (filosófico e pedagógico) e validade: dimensão prática.

Participantes: Maria Luiza R. Baptista, Ana Aparecida Ferreira, Maria A. M. Gouvea, Sonia M. da Silva, Adaisa M. Santos, Daniel Gomes Aleixo, Maria Aparecida de Moraes, Sylvia.

Síntese:

Como primeira questão temos a pergunta: o que é legitimidade e o que é legalidade?

O trabalho parece estar legitimado tanto para nós quanto para os meninos e meninas. E, portanto, seria bom que ele fosse reconhecido. Mas por quem e para que? Serão que devemos/precisamos nos institucionalizar para ganhar respaldo? De quem? A questão é fundamentalmente política.

Existem situações de emergência (agressão policial, por ex.) que necessitam de uma resposta. Mas a questão é mais abrangente. Quem defende o oprimido e o oprimido que agride, sofre e sofrerá pressões, já que está assumindo uma defesa, optando por uma classe explorada, atacando forte na questão do poder.

Em última análise, quando a sociedade como um todo nos reconhecer, deixaremos de existir. Mas e agora? O que ir fazendo?

Tudo vai depender de termos claro porquê e para que estamos na rua. De que lado estamos.

O que pretendemos:

- 1) Isto nos leva a pensar que mais do que nos legalizar, temos que nos unir, engrossar fileiras, fortalecer, aprofundar os parâmetros de identificação para assim termos forças para partir para o confronto.
- 2) Envolver cada vez mais quem faz parte da realidade próxima, da comunidade que nos cerca. Isto tudo significa ampliar a legitimidade. Parece-nos que a legalização não é o caminho enquanto somos força popular. A legalização, mesmo estratégica, nos aproxima daqueles que exploram, violentam, desrespeitam não só o menino/a no seu cotidiano, mas a sociedade como um todo.

E aí volta a questão: com quem estamos? E Por que estamos na rua?

GRUPO 7 - O MENOR E A FAMÍLIA: repensar o conceito de família! 1) na sua constituição; 2) no relacionamento familiar; 3) no seu significado para a criança.

Participantes: Denise Franco, Lucia Fortes, C. Maria Rodrigues, Benilce B. Bonfim, Zuma C. Duarte, Jaime J. Almeida.

Síntese:

. Conceito de família: constituição 'responsável' - geralmente a mãe, com vários filhos, que se tornam responsáveis por levar recurso financeiro para casa. O relacionamento dentro dessa família é conflitivo, já problemas de alcoolismo, é desinformada e sem noções do próprio direitos.

É uma família natural, com estrutura própria, a partir de sua realidade e não há hierarquia. Uma das suas características é ter muitos agregados, devido ao seu 'dom' de acolhimento.

É uma família sem a presença do pai, por evasão ou por não dedicar tempo aos filhos, sua afetividade com os filhos, segundo sua realidade, sem alternativas, anestesiada, reprimida, deformada; mas existe.

Dar a essa família apenas recursos materiais, por exemplo: comida, roupa, etc., não melhorar a situação do relacionamento. É preciso um trabalho paralelo de valorização humana. Não podemos criar rótulos, moldes de atuação frente a esta problemática. É um trabalho com a família, lento, de inserção desta familiaridade comunidade que passará a assumir esta família, já conscientizada de seus próprios direitos.

Não há nessa família a hierarquia de idade, mas a hierarquia em relação a quem traz o dinheiro para assegurar a sobrevivência.

O 1º valor é a raiz natural, é a família de origem; ainda que ele rejeite certos valores e saia em busca de outros, lá irá constituir uma constelação familiar e essa busca terá que ser respeitada. É necessário respeitar ambos os lados, a criança e a família, seja ela natural ou eleita pela criança.

GRUPO 8 - O MENOR E AS INSTITUIÇÕES - Febem, Juizado de Menores, Polícia, Delegacia, Escola, Postos de Saúde...

Participantes: Vera Lúcia Lino, M. Aparecida Leão, Natividade Fernandes, Valéria R. Afonso, Regina Cortez, João Luis Gonçalves

Síntese:

Entidades governamentais e municipais costumam repassar verbas para outras entidades locais que trabalham com menores. Isso é feito sob duas exigências burocráticas que emperram as iniciativas surgidas no meio popular.

Em geral as instituições vêem no menor um marginal, alguém que foge aos padrões da sociedade e que portanto é de alta periculosidade. Todas elas buscam ou recuperar o menor para a sociedade ou mesmo dar fim a ele. Esse modo de ver o menor não pode gerar uma transformação. Ele é um continuador do sistema vigente.

O Movimento está do lado do menor perante a sociedade que o marginaliza, taxa e exclui. Por isso, o Movimento precisa estar a par das situações, tem que ter uma presença questionadora junto às Instituições.

Nosso trabalho é junto ao menor. Ele é o protagonista da ação trans-

formadora. Portanto, a participação do menor é fundamental. Trata-se de discutir com ele os seus direitos frente à sociedade, frente às instituições. A mesma coisa precisa acontecer com a comunidade. Ela necessita criar canais de defesa dos seus direitos.

PERÍODO DA TARDE: Síntese dos demais grupos que compuseram o Painel:

Todos os relatos levam as conclusões que foram
Todos os relatores leram as conclusões que foram debatidas pelo grupo. Isto impossibilitou a redação de um texto único, como estava previsto. Foi feita, então, a proposta de que cada um lesse no plenário as idéias principais e fossem lançadas as questões surgidas do debate.

Questões:

- 1) O significado do trabalho. O menino e a menina devem ou não trabalhar? Mas o que é trabalhar? Como nós vemos o trabalho? São quem produz lucro trabalha?
- 2) A 'propriedade privada' dessas crianças é a rua. E nós não sabemos ver isto e nem viver a rua. Como estamos vendo este espaço que é também dinâmica de vida?
- 3) Sensibilizar? Motivar? São quem acredita é que muda. Como? Pela pressão que vem do próprio menino/a. Portanto, pressão que vem de baixo para cima.
- 4) Será que os meninos/as não têm expectativas ou não têm a nossa expectativa? Eles extrapolam todos os esquemas tradicionais. Rempem com as convenções instituídas.
- 5) Ampliação do conceito de risco. (A vida é um risco). Daí fica a nossa responsabilidade em 'tirar' da rua (também um risco). Pode ocorrer a perda da identidade e não achar mais o seu lugar.
- 6) A quebra de valores é bilateral. Do contrário, não há troca, não há enriquecimento mútuo nem transformação das relações sociais. É assim, também o 'pasma pedagógico' acaba sendo bilateral.
- 7) Questão: porque tão poucos se inscreveram no grupo que ia discutir os limites? Será que é tão difícil debatermos este tema? Por que? Será insegurança?

Após estas colocações, outra questão foi levantada: também o grupo que discutia a menina teve poucos inscritos. Por que? Seria fuga do problema? Omissão com a menina? Existem muitos talvez com as meninas e talvez não queiramos mexer nisso...

Painel integrado: Dramatização feita pelo grupo 2:

Uma mulher se contorcendo e prindo inúmeros filhos. Todos saem rastejando e acabam formando um grupo de crianças de rua. Surge uma situação conflituosa: o roubo. O menor é preso e vai para a delegacia. Aí vem o agente, educador de rua, que discute com a polícia, é agredido mas acaba soltando o menor. Todos se sentam juntos. Os meninos ficam fumando, na rua. Mais longe está a escola. Aparentemente aberta a todos mas eles não se tocam. De repente, o agente levanta com um deles e tenta um lugar na escola, que faz muitas exigências que desanimam o menino e o agente. Ele volta pra rua e é acolhido alegremente pelo grupo. Por fim, Polícia e Juizado que ficam num canto conversando, desconhecendo o grupo de menores na rua, acabam escrevendo na lousa os nomes de vários partidos políticos, tentando passar a 'real' preocupação dos maiores responsáveis por toda esta situação de exploração.

DIA 27/10/85 - manhã

1. Apresentação da proposta de trabalho do dia, e retrospectiva do Movimento. Através de um Mapa do Brasil, foram apresentadas as diferentes regiões com as respectivas coordenações e o número de comissões de cada estado. O Estado de São Paulo conta com 14 comissões, distribuídas em 4 sub-

regiões: ABC, Vale do Paraíba, São Paulo e Interior. Foram organizados então nove grupos, e os participantes utilizaram as diretrizes do Encontro de Brasília, mais o seguinte esquema organizado pela comissão nacional no encontro de outubro:

Competências

Comissão ou Grupos locais (sugestões)	Assembléia Regional	Assembléia Nacional (prevista para jun ou jul/86)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Eleger Delegados para a Assembléia Regional; 2. Eleger Delegados para a Assembléia Nacional. 3. Definir sua articulação local. 4. Definir as programações e linhas prioritárias do Movimento a nível local. 5. Avaliar o Movimento nas atuações em todos os níveis. 6. Definir propostas para as instâncias regional e nacional. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Eleger dois representantes na Comissão Nacional e seus suplentes (na primeira AR legitimar ou não os atuais representantes e eleger seus suplentes). 2. Definir coordenação regional. 3. Avaliar gestão da Coordenação Regional (relato/avaliação). 4. Traçar linhas prioritárias de ação do Movimento a nível regional. 5. Definir propostas para instâncias nacional e local. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Eleição do Coordenador da Comissão Nacional. 2. Analisar e aprovar gestão financeira. 3. Relato da gestão anterior e avaliação. 4. Traçar linhas prioritárias de ação do Movimento a nível nacional. 5. Aprovação e/ou reformulação dos Estatutos. 6. Definir Propostas para instâncias regionais e locais. 7. Eleição dos membros do Conselho Fiscal.
<p>Composição: membros e meninos</p>	<p>Composição: Delegados dos Grupos ou Comissões Locais, Coordenação Regional e Rep. Regionais na CN</p>	<p>Composição: Comissão Nacional (anterior e eleita, mais suplentes), Delegados dos Grupos/Com.</p>

RECOMENDAÇÃO: participação efetiva dos meninos e meninas nas Comissões Locais.

correspondente ao que se quis de fato colocar no texto, levando a diferentes práticas. Somente após esta redação simplificada é que todo o grupo poderá chegar a um consenso e aprová-las.

Sugestão do cronograma:

Atribuições da comissão local:

Avaliar o movimento em todos os níveis.

Como teria a comissão local subsídios para essa avaliação em todos os níveis? 1) o delegado eleito seria elemento de ligação. 2) Haveria necessidade de uma comunicação rápida entre os vários níveis do Movimento. 3) Haveria necessidade de formação de uma equipe de apoio que seria coordenada pelo delegado eleito e seu suplente.

Composição da comissão local:

Membros, meninos e meninas. A participação dos meninos e meninas de rua dependerá da caminhada do Movimento em cada local.

Competência da Assembléia Regional:

Serão atribuições da Assembléia Regional que ainda não aconteceu e nem está acontecendo aqui. Isto é um encontro a nível estadual. A proposta aqui não será eleger nem confirmar os elementos da Comissão Nacional e nem definir a coordenação regional (pessoas e atribuições) mas apenas discutir e confirmar a validade de se fazer a Assembléia Regional.

A AR teria a seguinte competência: avaliar gestão, definir papel da representação e da coordenação, eleger 2 representantes coordenadores se o papel da representantes e da coordenação for igual, eleger 2 representantes e dois coordenadores se for diferente o papel da coordenação e da representação.

Assembléia Nacional:

Para a não institucionalização do Movimento, propomos que se faça um regimento interno para o Movimento e que haja um Estatuto para uma associação que trabalharia a serviço do Movimento, que seria executiva da coordenação nacional, a nível de repasse de recursos.

Formação de uma Comissão Estadual:

Esse encontro tem legitimidade para eleger a Comissão Estadual, que deve ser formada.

Que propostas dar ao Movimento para fortalecer sua ação?

A criação da Comissão Estadual reforçaria esta ação do Movimento, que deveria ser estruturado apenas com Comissões Locais, Estaduais e Comissão Nacional, e fazer periodicamente Assembléias Regionais com os representantes estaduais.

GRUPO 6 -

Fortalecimento do Movimento - Articulação

1. Fortalecer os grupos existentes.
2. Estimular o surgimento de novos grupos ampliando o Movimento.
3. Organização de manifestações dos meninos e meninas nas várias datas comemorativas e sempre que possível e necessário.
4. Buscar o envolvimento das famílias dos meninos e meninas, da comunidade e todos os seus recursos no Movimento.
5. Divulgação do Movimento, sua Filosofia e seu trabalho através dos meios de comunicação disponíveis e das artes, tais como: artes plásticas, literatura e música. E também do esporte e outras atividades lúdicas.

Comissão Estadual:

1. Que seja composta de 5 pessoas, sendo 2 da capital e as demais do interior; que a Comissão tenha autonomia para agir como um corpo, ou ela própria eleger o seu coordenador(a) e pessoas para outras funções, se necessário. Que o seu mandato tenha a mesma duração da Comissão Nacional. e que os componentes da Comissão Estadual tenham representatividade nas Assembléias Regionais.

Por que?

Porque o movimento já existe naturalmente como fruto das iniciativas po-

Estes documentos orientariam a discussão e a concretização da Comissão Estadual (atribuições e organização) e o papel da comissão local, da Assembléia Regional (ainda este ano) e Nacional (julho de 86).

RELATOS DOS TRABALHOS DOS GRUPOS:

Grupo 1:

Sugere o nome de Comissão Coordenadora Estadual, com o objetivo de assegurar à criança os seus direitos fundamentais: alimentação, habitação, saúde, lazer, educação.

Para que: para ser intermediária das comissões locais com as comissões regionais, e para representar as comissões locais.

- . Ação: facilitadora das ações e articuladora a nível estadual, além de criadora de elos entre as comissões locais.
- . Divulgar os trabalhos.
- . Fortalecer os grupos existentes para que o movimento cresça a nível nacional e possibilitar o surgimento de novos grupos.
- . Criar condições para que o movimento se fortaleça com o objetivo de mudança na política social.
- . O número de participantes será condicionado à realidade de cada estado.
- . As comissões locais elegem 1 pessoa para representante na comissão estadual.
- . A força do movimento são os meninos e meninas junto com os participantes do Movimento.
- . Promover eventos que envolvam a participação ativa e criadora dos meninos e meninas.
- . Possibilitar e dar espaço para que as crianças assumam o movimento, que é delas.

Grupo 2:

Optou pela necessidade de se criar a Comissão Estadual de Coordenação com a finalidade de articular o movimento a nível estadual, articulando as comissões locais entre si e com a Regional (Minas, ES, RJ). Traçar linhas prioritárias de ação do movimento a nível nacional. Participar junto aos outros estados da região sudeste no processo de escolha dos representantes regionais na Comissão Nacional. Facilitar a comunicação entre as vontades da base com a Assembléia Regional e esta com a Nacional. Facilitar a comunicação

Composição: cada comissão local (cidade) escolhe dois representantes para a composição da micro-região (estadual). As micro-regiões escolhem um representante para a comissão estadual.

Grupo 3:

Comissão estadual:

1. Para que?

- . garantir a existência, a continuidade e o crescimento das comissões locais.
- . garantir a filosofia do movimento a partir das bases.
- . garantir a integração de grupos de trabalho, através de encontros, trocas de experiência, estágios e outros.
- . garantir a nossa organização frente às propostas que vão contra os direitos dos meninos e meninas de rua.

Por que?

. Porque isolados não conseguiremos um processo de transformação para uma sociedade mais justa e fraterna, que acontece na articulação entre os trabalhos, as entidades sociais da sociedade civil e os movimentos populares.

Como?

Divulgação, através de um boletim estadual e articulação com os movimentos populares.

Grupos 4 e 5:

Sugestão geral: que o documento (diretrizes de Brasília) seja o tanto quanto possível simplificado, usando uma linguagem que seja compreensível à maioria dos que estão participando do Movimento. Esta linguagem mais simples dispensará futuras diferentes interpretações, talvez não

pulares e das organizações comprometidas com os meninos e meninas de rua. E também para legitimar a Comissão Nacional e regional através do voto e de subsídios e informações das bases.

PARA QUE?

Para que o Movimento não esteja solto, mas tenha uma coordenação também a nível estadual, para fortalecer os grupos já existentes, para assessorar os vários grupos nascentes, para integrar os movimentos locais ao Movimento Nacional, detetar necessidade de novos grupos em novos locais e para solidarizar-se com os grupos que estão atuando com restrições ou oposição dos órgãos oficiais e outros instrumentos repressivos.

COMO?

Através de uma Comissão que tenha pessoas com conhecimento, vivência e participação no Movimento que lhe permita auxiliar e orientar os grupos locais. Esta comissão deve ter mobilidade suficiente para atender as exigências do "para que?" e iniciativa e autonomia para buscar e gerir recursos para a continuidade do Movimento após 1986, quando o Projeto terminar.

Grupo 7: Comissão Estadual:

Para que?

Articulação das comissões locais, fortalecimento do Movimento a nível estadual e conseqüentemente a nível nacional.

Por que?

Necessidade de uma inter-relação, aos efetiva, atualmente falha devido a realidade da extensão geográfica do país e multiplicidade de trabalhos desenvolvidos com meninos/as principalmente na região sudeste.

Como?

Dividindo o Estado em regiões, elegendo um representante a nível local e posteriormente regional. O fortalecimento está nas comissões locais - elegendo um representante de cada região do Estado. É necessário ter a Assembleia Regional.

PERÍODO DA TARDE:

Retomada dos trabalhos: para não prolongar demais, os grupos trabalharam e debateram no plenário as conclusões da manhã. Antes, porém, foi apresentado pela Jeanete as conclusões do encontro de Minas:, realizado nos dias 20 e 21/10: 1) eleição de um coordenador estadual do Movimento, 2) proposta de indicação, por Estado, de 4 representantes-delegados para a Assembleia Regional, mais 2 representantes regionais e mais coordenação do Projeto, 3) rever as diretrizes do Movimento, baseadas no documento de Brasília e 4) criação de uma Associação de Apoio ao Movimento, que teria as seguintes vantagens: manter autonomia das comissões, permitir recebimento de verbas, simplificar a estrutura e funcionamento e ter maior flexibilidade.

Os grupos leram as suas conclusões, tentando condensar os pontos comuns frente aos objetivos da comissão estadual, já que esta foi unanimemente aceita. Alguns grupos também trouxeram propostas mais concretas para a organização desta comissão, que só deverá existir para facilitar e não dividir os grupos locais. Após os relatos, passou-se à discussão da organização desta comissão estadual, e a proposta vencedora foi esta: Composição: deve ser formada por um representante e um suplente de cada uma das regiões existentes: ABC, Santos, Vale do Paraíba e São Paulo. Para o grupo do interior, com representação das cidades de Sorocaba, Atibaia e Franca, ficou decidido que teriam 1 representante de cada comissão, e que se comprometeriam a dinamizar suas regiões. Esses representantes serão eleitos pelas comissões locais.

Passou-se então à questão da Assembleia Regional. Parece que esta 1ª AR terá um número menor de participantes. Além da comissão estadual, deverão ir 2 representantes sub-regionais. Mas a proposta que São Paulo levará para esta Assembleia é que cada comissão local envie dois delegados com direito a voto e subvencionados pelo Movimento, mais todos os elementos que puderem ir para participar (sem direito a voto). Os repre-

sentantes da comissão estadual terão direito a um voto conjunto, já que cada comissão estadual terá o número de participantes que achar melhor.

Sugestão de data para a AR: 14 e 15 de dezembro

Observação:

O grupo concordou em não aceitar, por questões econômicas, a estipulação de um nº de participantes "a priori" nesta Assembléia pela Comissão Nacional. Se for preciso, as comissões locais tentarão conseguir recursos próprios para enviar seus representantes.

Quanto ao 'ante-projeto de estatutos que a Comissão Nacional está encaminhando:

Cada comissão local deverá se reunir e discutir este ante-projeto, enviando suas sugestões e observações diretamente à sede do Movimento: Rua Dom Romualdo Seixas, 918 - Umarizal - 66.000 - Belém - Pará.

Quanto às diretrizes do encontro de Brasília:

Deverá ser enviada uma cópia para cada comissão local, que deverá ler o documento, corrigir distorções e sugerir mudanças. Estas observações deverão ser enviadas também à sede do Movimento.

Informação importante a todos os participantes do Movimento:

Todas as 4ª feiras, das 18 às 20 horas, Pe. Bruno Secchi, que é o coordenador do Movimento a nível nacional, estará na sede, e as comissões que queiram comunicar-se com ele para informações, sugestões e envio de notícias, poderão telefonar, A COBRAR, para o seguinte número: (091) 224-7967.

BOLETIM INFORMATIVO DO MOVIMENTO:

Um boletim do Movimento acaba de nascer. Ele será o elo de comunicação entre comissões. Por isso, toda novidade e atividade que as comissões locais realizem, favor enviar notícias para o boletim, pra que todos saibam o que acontece em todo o Brasil! O endereço da redação é o mesmo citado acima.

0 - PIVIDIA SARAIVA

R. JASCO FERNANDES, CONTINHO, 172
V. JÃO RAMALHO - STO ANDRÉ - SP
CEP: 09000

1 - MONICA FERREIRA COSTA

R. BRASIL, 1076 - RUDGE RAMOS
SBC - SP - CEP: 09700
TEL: 4573733 (R-79)

2 - PATRÍCIA KAY

R. NICOLAS MATEO, 23 - RUDGE RAMOS
SBC - SP - CEP: 09700

3 - JEANETE FRANCO MONTEIRO

R. MAR. DEODORO, 90
CACHOEIRA PAULISTA - SP CEP: 12630

4 - ALCINDA SARAIVA FILHA

R. MÁRIO ALBERTO MACHO, 80
JD. LAURA AWARENGA
09700 - SBC - SP - C.P.: 67

5 - PATRÍCIA NEMOS PEDROTTI

ALAMEDA SANTOS 778/AP81
CEP: 101418 - CERQUEIRA CESAR
SP - CAPITAL

6 - REINAUDO S. BULGARELLI

R. SAPOUCAIA, 172
BELE

7 - MARIA REGINA CORTEZ

R. Conde de Rómulo, 519
BELA VISTA - SP - CAPITAL

8 - MARIA STELA SANTOS GRACIANI

R. BELA CINTA, 1332/AP21
CEP: 05415 - SP - CAPITAL

9 - SYLVIA GASPARINI

R. Carlos Comencle, 68/AP12
BELA VISTA - SP CEP: 01332

0 - MARGARIDA M. R. TIROLD

R. ALVARO PEIS, 82 - V. DAUVA
SP - CAPITAL

1 - MIRIAM ROSANE BENATTI }
GILBERTO LOPES }
MARIA CECILIA S. SANTOS }

R. Conde de Rómulo, 519
Belo Vista - SP - Capital

3 - NATIVIDADE RUBIO FERNANDES

R. MIGUEL ARCO E FLEXA, 309/AP1-B
V. EUCLIDES - CEP: 09700
SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP

1 - ELZA SCARIS DE CARMO

R. ANGATUBA, 87 - V. BAETA NEVES
SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP CEP: 09700

2 - CARLA B. GONZAGA

R. ANGELO EUERRA Nº. 16/AP131
CEP: 11.400 - SANTOS - SP
TEL: (0132) 333403

REGINA MAURA E.S. BARROSA

R. PINDORAMA Nº. 14/AP1
CEP: 11400 - SANTOS - SP

MOLIQ APARECIDA ROCHA L.

R. IDALINA MARCONDES MOTA, 405
GUARATINGUETA - SP - CEP: 12.500
TEL: 222497

3 - MONIO de FATIMA VICIARI -
MONIO Oponendo RIBEIRO -

R. Santos Dumont 5/N -
APARECIDA ~~GUARATINGUETA~~
DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
CEP: 12570

MONIO APARECIDA DE MORAES

R. CHIQUINHA DE MATTOS, 55/AP41
TAUBATE - SP - CEP - 12400
TEL: 32-7986

1 - NELMA AUXILIADORA EUDES

R. ALVARDES CABRAL, 381
APARECIDA - SP - CEP: 12.570
GRUPO DA FRATERNIDADE - DR. ALTINO
R. NENE FIGUEIRO, 81
GUARATINGUETA - SP - CEP: 12.500
TEL: 222460

2 - RITA DE CASSIA C. PRADO

R. BENJAMIN ADANTES, 75
APARECIDA - SP - CEP: 12570

CECÍLIA LOPES

R. SÃO JOSÉ, 542 TEL: 328054
TAUBATE - SP - CEP:

ADAISA MARIA SANTOS

AV. FLORENTINO AVIROS, 300/1001-A
VITORIA - CX P: 1409 CEP: 29000

DANIEL GOMES ALEIXO

6 - IRM. ANTONIETO FITIPALDI

AV. NAZARE, 470 TEL: 2730352
SÃO PAULO - SP - CEP:

7 - VALDOMIRO PIRES DE OLIVEIRA

R. 1822 Nº 308 - IPIRANGA
SÃO PAULO - SP - CEP: 01303
TEL: 2315151

3 - DENISE CÉSAR FRANCO

R. CONEGO ALTINO DE MOURA, 245
J. MANSUR - TAUBATÉ - SP
CEP: 12.400 - TEL: (0122) 328679

1 - ANTONIO MARCIÓ DE MOURA

R. DR. EMILIO WINTHER 1495
TAUBATÉ - SP - CEP: 12.400
TEL: (0122) 32-1276

2 - MARIA LUIZA REIS P. BAPTISTA

R. OSWALDO ARANHA, 266
LORENA - SP - CEP: 12.600
TEL: (0125) 52-1942

1 - JOÃO LUIS FEDEL GONÇALVES

R. DOH BOSCO, 160
LORENA - SP - CEP: 12.600
TEL: (0125) 52-1566

2 - ROSANA MOREIRA DE SOUZA

AV. CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES
nº 168 - LORENA - SP - CEP: 12.600

3 - BENE LICÉE BURCAPELL DO
BONFIM

R. ADEMAR DE BARROS, 45 TEL: 523251
NOVA LORENA - LORENA - SP - CEP: 12.600

1 - VERA LÚCIA V. M. LINO

R. XV DE NOVIEMBRO, 181/AP 153-A
JACARÉ - SP - CEP: 12.300
TEL: 514712

5 - LUCIA DE FATIMA BUSIMANTE
FORTES

R. ANTONIO ESARU Nº 129 - BEA VISTA
JACARÉ - SP - CEP: 12.300
TEL: 51-2818

2 - MARA ANGELO MARCONDES LOVEN

R. OLIVIO NICOLI nº 602 - V. CARUANI
CRUZEIRO - SP - CEP: 12.700
TEL: 441937

.. ANA APARECIDA DA FLOREXAL

R. LUIZ BITTENCOURT Nº 464 - ITAGARABA
CRUZEIRO - SP - CEP: 12.700

- SONIA MARIA DA SILVA
- MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA
- JAIHE JESUS DE ALMEIDA
- TÉREZINHA HELENA MARTINS DE ALMEIDA
- MARIA APARECIDA CUNHA CARVALHEIRO
- ONEIDE MARIA LUIZA BASSETO
- JULIO AUGUSTO P. DE OLIVEIRA
- ROSILEINE RODRIGUES PEIXOTO
- ANEMA MARIA RODRIGUES
-)- ZUMARDE CARVALHO QUARTE
- 1 - HEANETTE DIAS RODRIGUES
- 2 - MARIA APARECIDA PENHA DE SOUZA
- 3 - IR. EDITH CARDOSO DE JESUS
- DULZIRA ESPINDOLA RIBEIRO
- VALERIA R. AFFONSO

- R. VISSENDE DE INHAÚMA 38
5º ANDAR - CENTRO - RJ
CEP:
- R. MAIOR SERTORLO 577/APT 22
CEP: 01222 - TEL: 43-0819
- R. EDUARDO SEBASTIÃO FENCIO Nº 6
PARQUE NOVO MUNDO - V. MARIA
CEP:
- AV. D. PEDRO I Nº 922/APT 172
BLOCO BRASIL - IPIRANGA - SP
CEP: 01552
- AV. HORÁCIO NETTO 717
ATIBAIA - SP - CEP: 12940
- R. BENEDITO ALMEIDA BUENO 371/AP. 7
CEP:
- R. ADOLPHO ANDRÉ, 902
ATIBAIA - SP - CEP: 12940
- R. SANTOS PEREIRA, 401
FRANCA - SP - CEP: 11.400
- R. JOSÉ MARQUES GARCIA, 917
FRANCA - SP - CEP: 14.400
- R. CAFELÂNDIA, 171 TEL: 62-3346
SUMARÉ - SP - CEP: 01255
- R. PORTO DAS FLORES, 273/AP 203
JUIZ DE FORA - MG - CEP: 36.400
TEL: 2131616
- AV. IMBIRI Nº 514 TEL: ~~32-3349~~
63-1599
CAMPOS DO JORDÃO - SP - CEP: 12460
- R. SABRADA FAMILIA, 143 TEL: 62-1373
CAMPOS DO JORDÃO - SP - CEP: 12.460
- R. DUQUE DE CAXIAS, 109 - TEL: 32-0344
JEROCABA - SP - CEP: 18.400
- R. POMBAIS RUGGERI 33/APT 30
SOPRACA - SP - CEP: 18.400
TEL: 32-0668